



PROTOCOLO DE INTENÇÕES



De uma parte: Universidad Agraria de la Habana, "Fructuoso Rodríguez Pérez" legalmente domiciliado na Estrada Nacional, km 231/2 e Estrada Tapaste, San José de las Lajas, Mayabeque; neste ato representada pela Dr. Irene C. Balbin Maria Arias, na qualidade de Chanceler, nomeada pela Resolução n.º 133 de 29 de maio de 2009, pelo ministro da Educação Superior no exercício dos poderes que lhe são conferidos para realizar este ato, doravante denominado como **UNAH**.

De outra parte: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, doravante denominada UFFS, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 609N, Edifício Engemede, 2º andar, Centro, em Chapecó, SC, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 11.234.780/0001-50, representada por seu Reitor, Jaime Giolo, inscrito no CPF 260.983.690-20, nomeado pela portaria nº 128, de 1º de fevereiro de 2011, publicada no DOU no dia 02 de fevereiro de 2011.

Este Protocolo implementa e rege as relações entre ambas as partes e orientam posterior subscrição de acordos específicos.

Objeto do Acordo:

§1 O objeto do presente acordo é definir as bases para o estabelecimento de colaboração que permita intercâmbio em disciplinas científicas afins e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, que incidam no processo de formação e pesquisa de ambas as instituições científicas e que requeiram ser desenvolvidos de forma colaborativa.

§2 Para tanto, ambas as partes se comprometem a manter um constante intercâmbio técnico-científico com vistas a compartilhar conhecimentos e recursos tecnológicos disponíveis.

Convênios específicos:

§3 A colaboração se instrumentará mediante a subscrição de Convênios Específicos que serão subscritos por ambas as partes e que constarão como Suplementos ao presente Acordo Geral de Colaboração.



Balbin

Cada modalidade de colaboração estipulada com o marco deste acordo será objeto de um Convênio Específico que deverá conter conforme proceda, os seguintes tópicos:

- a) Nome
- b) Definição do objeto de convênio
- c) Resultados esperados
- d) Descrição das etapas, fases e cronogramas de atividades para o seu desenvolvimento.
- e) Recursos humanos, materiais e financeiros, especificando as fontes de financiamento que se requerem por ambas as partes para a execução convênio.
- f) Cronograma para a coordenação, execução e controle sistemático do projeto.
- g) Nome das pessoas que serão designadas como responsáveis pela execução do Convênio por cada parte em comum acordo.
- h) Amostras entregues.
- i) Disposições contratuais dirigidas a regulamentar os direitos e obrigações relativos aos bens intangíveis de Propriedade Intelectual e a Confiabilidade, referidas aos seguintes aspectos:
 - _ a identificação dos conhecimentos pré-existentes protegidos ou não por modalidades de propriedade intelectual.
 - _ A titularidade sobre os direitos de propriedade intelectual que amparem os resultados que se obterão.
 - _ As obrigações em relação a confidencialidade das informações que se transfiram.
 - _ A conveniência da publicação dos resultados conjuntos.
 - _ A comercialização dos resultados e a concessão de licenças e direitos de propriedade intelectual a terceiros.
- j) Outras estipulações requeridas em acordo mútuo.

Modalidades de Colaboração:

§4 A colaboração será desenvolvida utilizando os seguintes métodos:

- a) Formação de recursos humanos: contribuir para a formação de recursos humanos em disciplinas científicas ou tecnologias relacionadas com a gestão da ciência levando a implementação eficaz dos objetivos definidos por ambas as instituições científicas.
- b) intercâmbio de informações científicas: Compartilhar bibliografia e repositórios digitais de informações que contribuam para a formação de recursos humanos de ambas as instituições científicas e o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Estabelecer ligações entre os sites de ambas as instituições.
- c) desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa que correspondem às linhas de pesquisa definidas por cada uma das partes.



J. Balbin
Ⓢ

d) podem ser identificadas outras áreas ou formas de colaboração não expressamente referidos no presente documento e são identificados no âmbito do desenvolvimento do processo de colaboração, de modo a contribuir para a realização dos objetivos enumerados acima ou novas metas, que será contida em um suplemento a este Acordo devidamente assinado por ambas as partes.

Relação com outras instituições

§5 A assinatura do presente Acordo não impossibilitará a nenhuma das partes a realização de outros convênios com qualquer outra instituição.

Publicação de informes

§6 Ambas as partes devem apresentar um relatório de progresso à parceria, que deve informar-se mutuamente sobre a evolução dos acordos de colaboração que foram firmados ao final de cada ano. Uma vez finalizado o acordo, ambas as partes devem preparar um relatório final sobre a colaboração em duas vias, uma para cada uma das partes, estabelecendo os principais resultados que foram gerados como resultado da cooperação estabelecida.

Confidencialidade

§7 Os dados e relatos obtidos durante a execução de projetos comuns, e os resultados finais serão mantidas em sigilo, se as partes considerem adequado.

Uma vez que as supramencionadas identificadas como informações confidenciais, devem ser tomadas medidas por ambas as partes para garantir a preservação da confidencialidade, especialmente para casos resulta buscar a proteção de patentes.

Quando uma das partes pretende utilizar os resultados parciais ou finais, em parte ou na totalidade, para a apresentação de trabalhos científicos em eventos, publicação de artigos ou outras formas de divulgação, ambas as partes devem manifestar o seu acordo por escrito.

As partes se comprometem a não copiar, reproduzir, divulgar informação identificada como confidencial, exceto que mediante o consentimento por escrito da outra parte.



Para o caso específico de defesa de tese de mestrado ou doutorado assumindo provável ser o resultado de qualquer forma de proteção à propriedade intelectual ou de caráter confidencial, são tomadas as seguintes medidas:

- O acesso à informação apenas para o tribunal em cada caso, é responsável pela avaliação de tais mestres ou tese de doutorado será limitado.
- Outras formas necessárias a fim de preservar a confidencialidade das informações.
- As obrigações de confidencialidade que expressamente se referem ao anterior não se aplica a qualquer informação que:
- As informações ou qualquer parte dele é tornada pública, não por culpa de suas ações.
- Seja no domínio público, contidas em documentos de patentes, ou evidentes para um perito na arte quando pode ser provado por documentação suficiente.
- Quando uma das partes não tenha tomado as medidas necessárias para restringir e compartimentar o acesso a informações confidenciais.
- Que a informação secreta foi revelada ou divulgado por qualquer das partes, por falta de previsão.

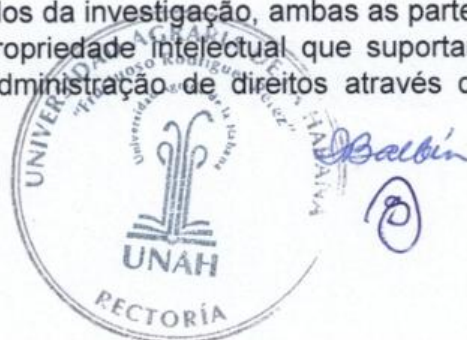
Propriedade Intelectual

§8 Este Acordo não implica qualquer cessão, transferência ou renúncia de direitos correspondente a cada uma das partes em relação aos produtos abrangidos pelas regras de propriedade intelectual, incluindo nelas compreendidas as regras sobre direitos de autor e da propriedade industrial. Em caso de interesse de uma das partes, ou se necessário proceder a alguma forma de cooperação, transferência protegido por alguma forma de propriedade intelectual, nos termos e condições que regem a transferência de conhecimentos será objeto de outros acordos entre as partes.

Qualquer resultado obtido no âmbito do presente Acordo, que é suscetível a qualquer forma de proteção de Propriedade Intelectual serão protegidos em conformidade com a legislação vigente.

Os resultados da pesquisa obtidos de forma independente por cada uma das partes, a titularidade dos direitos de propriedade intelectual serão para cada parte.

Em caso obtidos em conjunto os resultados da investigação, ambas as partes serão coproprietárias dos direitos de propriedade intelectual que suportam estes resultados, e as condições de administração de direitos através de novos acordos será corrigido.



Não obstante o disposto acima, serão estabelecidos os aspectos relacionados com o título da estratégia de proteção e Propriedade Intelectual relacionados em cada contrato específico, por acordo entre as partes e de acordo com o modo de colaboração.

Os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do presente acordo pode ser publicado, no interesse de difundir o conhecimento para a comunidade científica internacional. As publicações serão feitas no momento adequado, de modo que não invalida a possibilidade de proteção pela propriedade intelectual, ou divulgar informações consideradas confidenciais.

As partes comprometem-se a mencionar os autores dos resultados da investigação, no âmbito do presente acordo, em qualquer publicação.

Amostras

§9 As amostras apresentadas para a execução de qualquer projeto de pesquisa, como uma das modalidades de colaboração aqui estabelecido deve ser usado apenas para efeitos de cada projeto. É proibida qualquer outra utilização ou reprodução deste material e a entrega em qualquer circunstância para outra pessoa ou outra pessoa fora o pessoal autorizado para cada parte.

Qualquer publicação ou comunicação entre as partes para amostras de referência fornecidos pela UNAH ser feita nomeando o país de origem das amostras.

No caso específico das amostras apresentadas, ambas as universidades não podem invocar ou buscar proteção por meio de qualquer forma de propriedade intelectual sobre as amostras da parte contrária.

Vigência

§10 Este instrumento será válido por cinco anos, contados a partir da data de sua assinatura e prorrogado por mútuo acordo das partes, mediante avaliação dos resultados obtidos, além de ser capaz de renegociação dos termos inicialmente acordado. O acordo de prorrogação deverá ser por escrito.

Resolução e rescisão antecipada

§11 Qualquer das partes pode rescindir o contrato sem declaração judicial quando existir violação dos compromissos da parte contrária.

As partes podem rescindir antecipadamente o presente Convenção, quando se está em seus interesses e mútuo acordo. O pedido de rescisão antecipada deve ser feita por escrito, 30 dias antes da data de deixar de ser uma relação de colaboração.

Em ambos os casos, devem ser preenchidos compromissos acordos específicos em vigor, a menos que as partes concordem mutuamente ao seu



contrato de manutenção até o vencimento do prazo inicialmente acordado para cada um deles.

As disposições relativas à propriedade intelectual e confidencialidade devem continuar após o término ou rescisão do acordo.

O presente poderá ser rescindido a qualquer momento, unilateralmente, por qualquer das partes signatárias, mediante petição ou requerimento que deverá ser apresentado por escrito com antecedência mínima de 30 dias, não gerando direito a qualquer indenização.

A rescisão não afetará os programas ou projeto em execução que não forem expressamente rescindidos pelas partes.

Modificações

§12 Este Acordo e os acordos específicos, no seu âmbito assinado pode ser alterado por acordo das partes mediante assinatura do respectivo acordo de alteração. As mudanças vão forçar os partidos a cumprir a partir da data da sua assinatura.

As modificações introduzidas nos Acordos específicos podem não contrariar as disposições do acordo-quadro, ao qual são indissociáveis para ser o último que a assinatura do primeiro guia.

Solução de controvérsias

§13 As Partes comprometem-se a cumprir de boa fé a aplicação do presente Acordo e as obrigações daí decorrentes.

No evento que deu origem a diferenças na execução, à aplicação ou interpretação do presente acordo, as partes concordam em resolver amigavelmente discrepâncias surgiu.

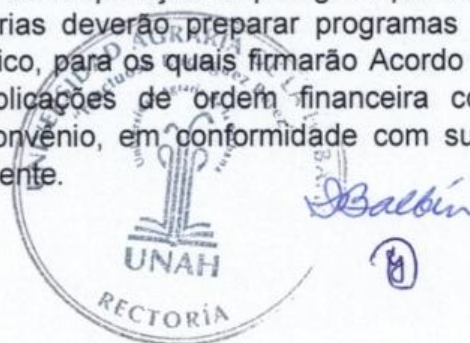
Se não for possível resolver as diferenças através de negociações amigáveis, as partes concordam em submeter sua disputa com a Comissão Mista Governamental constituída oficialmente.

Toda questão decorrente da celebração, interpretação e execução das cláusulas deste Acordo será resolvida consensualmente entre as partes. Caso isso não seja possível, as partes submerter-se-ão aos princípios de Direito Internacional.

O laudo resultante será final e vinculativo para ambas as partes.

Da Execução

§ 14 Para a execução das modalidades de cooperação do parágrafo primeiro, segundo e terceiro, as partes signatárias deverão preparar programas ou projetos com plano de trabalho específico, para os quais firmarão Acordo de Cooperação Técnica e, havendo implicações de ordem financeira com contrapartida de recursos, firmarão Convênio, em conformidade com suas normas institucionais e legislação pertinente.



Havendo a contrapartida de recursos financeiros, cada programa ou projeto deverá conter as especificações detalhadas dos compromissos financeiros das partes, visto que o presente Protocolo não implica nenhum compromisso financeiro para as Instituições signatárias.

Caso o programa ou projeto for suscetível de gerar resultados econômicos, deverá ser estabelecida a participação das Instituições signatárias.

Da Publicidade

§15 Dez dias após a celebração deste Protocolo, será publicado no Boletim Oficial da UFFS um extrato detalhando o teor do mesmo.

E para o registro, as partes assinam o presente documento em duas vias originais do Espanhol e Português, com o mesmo valor legal, aos 17 dias do mês de outubro de 2014.

Balbín
Dr. C. María Irene Balbín Arias

RECTORA
UNAH



Jaime Giolo
Dr Jaime Giolo
REITOR
UFFS



CONVENIO GENERAL DE COLABORACION



De una parte: LA UNIVERSIDAD AGRARIA DE LA HABANA, "Fructuoso Rodríguez Pérez" con domicilio legal en Autopista Nacional, km 231/2 y Carretera de Tapaste , San José de las Lajas, Mayabeque; representada en este acto por la Dra C. María Irene Balbín Arias, en su carácter de Rectora, designada por Resolución No. 133 de fecha 29 de Mayo de 2009 del Ministro de Educación Superior, en el ejercicio de las facultades que le han sido conferidas para la realización de este acto, denominada en lo adelante como **UNAH**.

De otra parte: La **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL** con domicilio legal en Avenida Presidente Getúlio Vargas, 609N, Edifício Engemedede, 2º andar, Centro, em Chapecó, SC, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 11.234.780/0001-50, representado en este acto por su Reitor, Jaime Giolo, inscrito no CPF 260.983.690-20, en su carácter de Rector, designado por Portaria nº 128, de 1º de fevereiro de 2011, publicada no DOU no dia 02 de fevereiro de 2011, con plena capacidad jurídica para la realización de este acto, denominado en lo adelante como **UFFS**.

El presente Acuerdo instrumenta y regula las relaciones entre ambas partes y guiará la subsiguiente suscripción de Convenios Específicos.

En lo adelante las partes registrarán sus actuaciones por las siguientes cláusulas:

Objeto del Acuerdo:

PRIMERA: El objeto del presente Acuerdo es sentar las bases para el establecimiento de la colaboración que permita el intercambio en disciplinas científicas afines y el desarrollo de proyectos de investigación, que inciden en el proceso de formación e



investigación de ambas instituciones científicas y requieren ser desarrolladas de forma colaborativa.

SEGUNDA: Para esto ambas partes se comprometen a mantener un fluido intercambio científico-técnico con vistas a compartir conocimientos y recursos tecnológicos disponibles.

Convenios Específicos:

TERCERA: La colaboración se instrumentará mediante la suscripción de Convenios Específicos que serán suscritos por ambas partes y aparecerán como Suplementos al presente Acuerdo Marco de Colaboración.

Cada modalidad de colaboración estipulada en el marco de este acuerdo será objeto de un Convenio Específico que deberá contener según proceda, los siguientes aspectos:

- a) Nombre
- b) Definición del objeto del convenio
- c) Resultados programados
- d) Descripción de las etapas, fases y cronograma de tareas para su desarrollo.
- e) Recursos humanos, materiales y financieros, especificando las fuentes de financiamiento que se requieren por ambas partes para la ejecución del convenio.
- f) Cronograma para la coordinación, ejecución y control sistemático del proyecto.
- g) Nombre de las personas que se designarán como responsables de la ejecución del Convenio por cada parte y de mutuo acuerdo.
- h) Muestras entregadas
- i) Las disposiciones contractuales dirigidas a regular los derechos y obligaciones relativos a los bienes intangibles de Propiedad Intelectual y la Confidencialidad, referidas a los siguientes aspectos:



- la identificación de los conocimientos preexistentes protegidos o no por modalidades de la propiedad intelectual.

- La titularidad sobre los derechos de propiedad intelectual que amparen los resultados que se obtengan.

- las obligaciones con relación a la confidencialidad de la información que se transfiera,

- la conveniencia de publicación de los resultados conjuntos,

- la comercialización de los resultados y el otorgamiento de licencias de derechos de propiedad intelectual a terceros.

j) Otras estipulaciones requeridas de mutuo acuerdo.

Modalidades de Colaboración:

CUARTA: La colaboración será desarrollada utilizando las modalidades siguientes:

a) Formación de recursos humanos: Contribuir a la formación de recursos humanos en disciplinas científicas afines o tecnologías de gestión de las ciencias que conduzcan al cumplimiento eficaz de los objetivos definidos por ambas entidades científicas.

b) Intercambio de información científica: Compartir bibliografía y repositorios digitales de información que contribuyan a la formación de los recursos humanos de ambas entidades científicas y al desarrollo de proyectos de investigación. Establecer enlaces entre los portales web de ambas instituciones.

c) Desarrollo de proyectos conjuntos de investigación que correspondan a las líneas de investigación definidas por cada parte.

d) Podrán ser identificadas otras áreas o formas de colaboración no contempladas expresamente en el presente documento y que se identifiquen en el marco del desarrollo del proceso de colaboración, de manera que contribuyan al logro de los objetivos enumerados anteriormente o nuevos objetivos, que estarán contenidos en un Suplemento al presente Acuerdo, debidamente firmado por ambas partes.



Relación con otras Instituciones

QUINTA: La firma del presente Acuerdo no imposibilitará a ninguna de las partes la realización de otros convenios con cualquier institución.

Emisión de informes

SEXTA: Ambas partes presentarán un Informe Parcial de Colaboración donde se informarán recíprocamente sobre la marcha de las modalidades de colaboración que hayan sido acordadas, a final de cada año. Una vez concluido el Acuerdo ambas partes elaborarán un Informe Final de Colaboración por duplicado, una para cada parte, estableciendo los resultados fundamentales que se generaron como resultado de la cooperación establecida.

Confidencialidad

SEPTIMA: Los datos e informes obtenidos durante la realización de los proyectos conjuntos, así como los resultados finales, tendrán carácter confidencial, si así las partes lo consideran conveniente.

Una vez identificada como confidencial las informaciones supramencionadas, se tomarán las medidas por ambas partes que garanticen la conservación de la confidencialidad, en particular para aquellos casos resultados que se pretenden proteger mediante patente.

Cuando una de las partes desee utilizar los resultados parciales o finales, en parte o en su totalidad, para la presentación de trabajos científicos en eventos, publicación de artículos u otras formas de divulgación, ambas partes deberán expresar su conformidad por escrito.



Balbin

(Signature)

Las partes se comprometen a no copiar, reproducir, ceder información identificada como confidencial, excepto que medie la autorización escrita de la otra parte.

Para el caso específico de defensa de tesis de maestría o doctorado, en el supuesto de existir un resultado susceptible de protección por cualquier modalidad de la propiedad intelectual o que tenga carácter confidencial, se tomarán las siguientes medidas:

- Se limitará el acceso a la información sólo al tribunal que en cada caso, sea el encargado de evaluar dichas tesis de maestría o doctorado.
- Otras que sean necesarias en aras de preservar el carácter confidencial de la información.

Las obligaciones de confidencialidad a que se refieren expresamente los puntos anteriores, no se aplicarán a cualquier información que:

- La información o cualquier parte de la misma se haga pública por causas ajenas a su actuar.
- Sea de dominio público, contenida en documentos de patentes, o evidente para un técnico en la materia cuando pueda demostrarse mediante documentación suficiente.
- Cuando una de las partes no haya tomado las medidas razonablemente necesarias para restringir y compartimentar el acceso a la información confidencial.
- Que la información secreta haya sido revelada o divulgada por alguna de las partes por falta de previsión.

Propiedad Intelectual

OCTAVA: El presente Acuerdo no supone cesión, transmisión o renuncia de los derechos que correspondan a cada una de las partes en relación con los bienes regulados por las normas referentes a la Propiedad Intelectual, entiéndase incluidas en ellas las normas sobre Derecho de autor y las de Propiedad Industrial. En caso de existir interés de una parte, o de ser necesario para la realización de algunas de las modalidades de colaboración, la transferencia de conocimientos protegidos por alguna modalidad de la



Balbin
9

Propiedad Intelectual, los términos y condiciones que regirán dicha transferencia serán objeto de nuevos acuerdos entre las partes.

Cualquier resultado obtenido en el marco de este Acuerdo, que sea susceptible de protección por cualquier modalidad de Propiedad Intelectual, será protegido de acuerdo a la legislación vigente.

Los resultados de investigación obtenidos de forma independiente por cada una de las partes, la titularidad de los derechos de propiedad intelectual corresponderá a cada parte.

En el supuesto de obtenerse de forma conjunta los resultados de investigación, ambas partes serán cotitulares de los derechos de propiedad intelectual que amparen dichos resultados, y se fijarán las condiciones de administración de los derechos mediante nuevos acuerdos.

Con independencia de lo dispuesto con anterioridad, los aspectos relativos a la titularidad, a la estrategia de protección y otros relacionados con la Propiedad Intelectual, serán establecidos en cada Convenio específico de común acuerdo entre las partes y en correspondencia a la modalidad de colaboración.

Los resultados de las investigaciones realizadas al amparo de este convenio podrán ser publicados con el interés de divulgar los conocimientos a la comunidad científica internacional. Las publicaciones se realizarán en el momento oportuno, de tal forma que no invalide las posibilidades de protección por medio de la Propiedad Intelectual, ni revelar informaciones identificadas como confidenciales.

Las partes se obligan a mencionar a los autores de los resultados de la investigación, objeto del presente convenio en cualquier publicación de las mismas.

Muestras

NOVENA: Las muestras entregadas para la ejecución de cualquier proyecto de investigación, como una de las modalidades de la colaboración establecidas en el presente acuerdo, sólo serán utilizadas para los fines de cada proyecto. Se prohíbe



Roberto
②

cualquier otro uso o réplica de este material y la entrega bajo cualquier supuesto a un tercero u otra persona ajena al personal autorizado por cada parte.

Toda publicación o comunicación realizada por las partes que haga referencia a las muestras entregadas por la UNAH, se realizará nombrando el país de origen de las muestras.

En el caso específico de las muestras entregadas, ambas Universidades no podrán invocar o solicitar protección a través de ninguna modalidad de la Propiedad Intelectual sobre las muestras de la contraparte.

Vigencia

DECIMO: El presente instrumento tendrá una vigencia de 5 años, contados a partir de la fecha de su firma y prorrogable por las partes de mutuo acuerdo, previa evaluación de los resultados obtenidos y siendo posible la renegociación de los términos pactados inicialmente. El acuerdo de prórroga deberá constar por escrito.

Resolución y terminación anticipada

DECIMOPRIMERA: Cualquiera de las partes podrá resolver el Convenio sin necesidad de declaración judicial, cuando medie incumplimiento de los compromisos de la contraparte.

Las partes podrán terminar de manera anticipada el presente Convenio cuando así convenga a sus intereses y de mutuo acuerdo. La solicitud de terminación anticipada se realizará por escrito con 30 días de antelación a la fecha en que deba cesar la relación de colaboración.

En ambos casos, deberán finalizarse los compromisos asumidos en los Convenios Específicos que estén en vigor, salvo que las partes de mutuo acuerdo convengan en su mantenimiento hasta la expiración del término acordado inicialmente para cada uno de ellos.



Barbín
(Signature)

Las disposiciones relativas a la Propiedad Intelectual y la confidencialidad, subsistirán después de la resolución o terminación anticipada del Acuerdo.

Modificaciones.

DECIMOSEGUNDA: El presente Acuerdo y los Convenios Específicos, suscritos a su amparo, podrán ser modificados por voluntad de las partes mediante la suscripción del convenio modificativo respectivo. Las modificaciones obligarán a las partes a su cumplimiento a partir de la fecha de su firma.

Las modificaciones que se realicen a los Convenios Específicos no podrán contradecir lo estipulado en el Acuerdo Marco, al que están indisolublemente ligados por ser este último el que guía la suscripción del primero.

Solución de controversias

DECIMOTERCERA: Las partes se comprometen a cumplir de buena fe la ejecución del presente Acuerdo y las obligaciones que se deriven del mismo.

En el caso de que susciten diferencias en cuanto a la ejecución, aplicación o interpretación del presente acuerdo, las partes se comprometen a resolver de manera amistosa las discrepancias surgidas.

Si no fuese posible solucionar las diferencias a través de negociaciones amigables las partes acuerdan someter sus desavenencias a la Comisión Mixta Gubernamental constituida oficialmente.

En caso de no disponer de una Comisión Mixta, la ejecución, aplicación, interpretación o conflictos con relación al presente acuerdo será sometida a una Corte de Arbitraje de la Cámara de Comercio de la República de Cuba, en cuyo caso será de aplicación la ley cubana.



El laudo que resulte será definitivo y de obligatorio cumplimiento para ambas partes.

Y para que así conste, las partes suscriben el presente documento en dos ejemplares originales, en el idioma español y portugués, con el mismo valor legal, a los 17 días del mes de octubre de 2014.

Balbín
Dr. C. María Irene Balbín Arias
RECTORA
UNAH



Giolo
Dr. Jaime Giolo
RECTOR
UFFS

